



PERFIL ETÁRIO DA MOBILIDADE RESIDENCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Gearley Leopoldino Veloso ¹
Cimar Alejandro Prieto Aparicio ²
Ednelson Mariano Dota ³

RESUMO

Os processos contemporâneos de mobilidade espacial da população são marcados pelo crescimento dos fluxos migratórios urbanos de curta distância, em particular a migração intrametropolitana e a mobilidade residencial. Estes processos moldam a expansão de grandes aglomerações urbanas e ocorrem em um período de mudança na estrutura etária da população brasileira. O trabalho apresenta uma análise do perfil etário da mobilidade residencial na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) por meio de indicadores de idade média da mobilidade residencial, em uma abordagem de coorte. Os resultados indicam que há um processo gradativo de envelhecimento da mobilidade residencial na RMGV, que precisa ser compreendido no contexto das desigualdades socioespaciais no espaço metropolitano. As idades médias de mobilidade residencial são influenciadas pelos níveis de vulnerabilidade social das áreas de expansão urbana da RMGV, que por sua vez se associam aos momentos e aos padrões da transição para a vida adulta e da formação de famílias e domicílios.

Palavras-chave: Migração interna, Mobilidade residencial, Perfil etário da migração interna, Região Metropolitana da Grande Vitória.

ABSTRACT

Contemporary processes of spatial mobility of the population are marked by the growth of short-distance urban migration flows, in particular intrametropolitan migration and residential mobility. These processes shape the expansion of large urban agglomerations and occur at a time of change in the age structure of the Brazilian population. The paper presents an analysis of the age profile of residential mobility in the Metropolitan Region of Greater Vitória (RMGV) using indicators of the mean age of residential mobility, in a cohort approach. The results indicate that there is a gradual process of ageing of residential mobility in the RMGV, which needs to be understood in the context of socio-spatial inequalities in the metropolitan space. The average ages of residential mobility are influenced by the levels of social vulnerability in the RMGV's urban expansion areas, which in turn are associated with the moments and patterns of the transition to adulthood and the formation of families and households.

Keywords: Internal migration, Residential Mobility, Age profile of internal migration, Grande Vitória's Metropolitan Region.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Gearleyveloso@gmail.com;

² Doutor em Demografia, Pesquisador do Laboratório de análises geográficas, demográficas e da população (Lagedep) da Universidade Federal do Espírito Santo, cimar.aparicio@gmail.com;

³ Doutor em Demografia, Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, ednelsondota@gmail.com

INTRODUÇÃO

A migração interna no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970 foi marcada pela importância da migração rural-urbana. Um dos aspectos desse dinamismo reside no deslocamento de indivíduos e famílias inteiras de áreas economicamente estagnadas em direção às grandes cidades nas regiões Sul e Sudeste e às áreas de fronteira agrícola no Norte e no Centro-oeste. Estes movimentos migratórios são o resultado de tendências da mobilidade espacial da população, tanto centrífugas como centrípetas (Martine, 1990; Patarra, 2003). As tendências centrípetas foram geograficamente determinantes para a formação das principais regiões metropolitanas do país (Cunha; Baeninger, 2005) durante as décadas de intensa migração rural-urbana.

Nas últimas décadas, a relação entre urbanização e migração interna se modificou no país, em consequência de mudanças estruturais tanto econômicas como demográficas, uma vez que os fluxos de longa distância típicos da segunda metade do século XX perdem força e dão lugar aos movimentos de curta distância, que constituem expoentes espaciais da expansão urbana (Dota; Ferreira, 2019). Assim, houve um intenso crescimento da migração urbana-urbana, em particular a migração intrametropolitana. Mais ainda, a literatura aponta o crescimento da mobilidade residencial nos processos de expansão das metrópoles (Cunha, 2022). No cerne do debate, os estudos de população têm dado preferência ao termo “mobilidade espacial da população”, que inclui não somente a migração interna convencional, mas outras formas de mobilidade, tais como a mobilidade pendular e a mobilidade residencial.

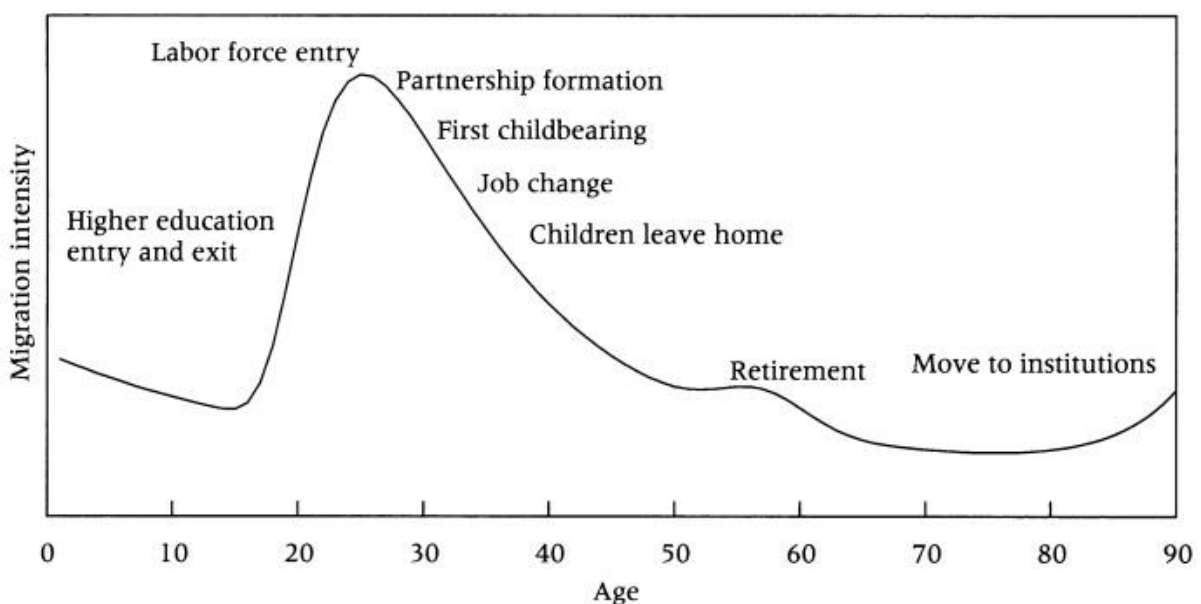
No contexto atual dos movimentos migratórios, parte da literatura destaca que os estudos dos determinantes da mobilidade espacial da população devem considerar não somente as causas estruturais, mas também os aspectos de agência envolvidos no comportamento migratório (De Haas, 2010). As famílias são uma instituição social em que se dão aspirações e decisões de migrar, de forma que se tornam uma unidade de análise relevante para o entendimento das características da migração intrametropolitana e da mobilidade residencial nas regiões metropolitanas (Cunha, 2022).

A migração interna pode ser estudada a partir dos Censos Demográficos e das PNADs, mas não é possível identificar todas as suas etapas, tanto para a migração na infância e na adolescência como para a migração adulta. Em particular, a análise do perfil etário da migração constitui um desafio para os estudos de geografia da população.

Em um cenário de mudanças na estrutura etária da população, as variações nos padrões etários da migração são mais amplas em comparação com o comportamento da mortalidade e da fecundidade (Grupo de Foz, 2021). A mensuração das características da mobilidade residencial no espaço intraurbano intensifica esse desafio, pois as mobilidades são mais recorrentes do que na medição convencional da migração interna. As fontes de dados carecem de quesitos que permitam avaliar todas as mudanças de residência ao longo da vida de um indivíduo nos censos demográficos dos países da América Latina e do Caribe, que captam informações de período ou de forma transversal (NU; CEPAL; CELADE, 2013). A análise da mobilidade residencial demanda informações detalhadas sobre as características de cada etapa ou ordem de migração ao longo da vida, de modo que exigem pesquisas longitudinais ou de caráter retrospectivo.

Segundo Bernard (2022), existe uma relação muito forte entre a estrutura etária das transições do curso de vida e a estrutura etária da migração. Os eventos de transição de curso de vida são seletivos por idade, assim como a migração e a mobilidade residencial. Conforme o gráfico 1, o indicador de propensão a migrar atinge seu ápice na idade adulta jovem, sendo que volta a aumentar levemente na idade da aposentadoria (Bernard *et al.*, 2014).

Gráfico 1 - Intensidade da migração por idade e transições do curso de vida



Fonte: Bernard *et al.*, 2014.

Ao analisar a mobilidade residencial em termos das transições do curso de vida, a abordagem estruturalista aponta que a formação de um novo domicílio é determinada por fatores estruturais como a inserção no mercado de trabalho (Singer, 1975). No entanto, há também eventos familiares que têm um papel determinante na mobilidade espacial, tais como casamento, divórcio, recasamento, nascimento do primeiro filho ou falecimento de um membro da família (Mulder; Wagner, 1993; Bernard *et al.*, 2014). São eventos intrinsecamente relacionados ao curso de vida dos indivíduos e ao ciclo de vida familiar, que desencadeiam mudança de residência habitual. Autores da Nova Economia da Migração têm destacado a existência de articulações entre fatores estruturais (ou de contexto) e aspectos de agência que definem e condicionam o comportamento migratório (De Haas, 2010; Bernard *et al.*, 2014). De acordo com Bernard *et al.* (2014), as transições do curso de vida podem ser vistas como determinantes próximos da migração interna, em uma série de contextos sociais, econômicos, culturais, espaciais e demográficos, que moldam o padrão etário da migração.

Diante do exposto, o trabalho apresenta uma análise de alguns indicadores da estrutura etária da mobilidade residencial em grandes aglomerações urbanas, com o objetivo de identificar alterações em diferentes coortes ou gerações de migrantes e as suas possíveis explicações, tendo em conta a família como unidade de análise e a abordagem do curso de vida dos indivíduos. Uma hipótese é a de que as mudanças no perfil etário da migração podem refletir mudanças na estrutura etária das transições do curso de vida em sociedades altamente urbanizadas. Assim, alguns indicadores típicos dos estudos migratórios foram aplicados à análise da mobilidade residencial na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) a partir dos dados da Pesquisa MigraFamília realizada em 2022.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Dinâmicas familiares e mobilidade residencial no Brasil metropolitano

Na passagem do século XX para o XXI as famílias têm sido impactadas por uma série de transformações, intrinsecamente ligadas às mudanças nas tendências demográficas. Um dos fenômenos mais notáveis é o envelhecimento da população, o qual é resultado direto da queda das taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida (Wajnman, 2012; Oliveira *et al.*, 2015).

Enquanto a queda na fecundidade, iniciada na década de 1960, resultou na desaceleração do ritmo de crescimento populacional e na consequente redução do tamanho médio das famílias (Berquó; Cavenaghi, 2006; Aparício; Farias, 2019), o aumento da expectativa de vida da população tem contribuído para a extensão das etapas finais do ciclo de vida familiar. Isso possibilita que posições geracionais, como cônjuges e viúvos, se prolonguem ao longo da trajetória do curso de vida (Marcondes, 2017), afetando a disponibilidade de parentes ao reduzir a importância relativa de irmãos, primos e sobrinhos.

Observa-se, de forma conjunta, transformações significativas na formação de famílias e na nupcialidade, destacadas por Alves e Cavenaghi (2012). Há um notável aumento nas separações e divórcios, bem como o crescimento de famílias reconstituídas nas últimas décadas. Além disso, para Wajnman (2012), Oliveira *et al* (2015) e Becceneri *et al*, (2021), as transformações na regulação da fecundidade permitiram a ocorrência de diferentes formas de união conjugal, sendo que o crescente nível de escolaridade e a entrada das mulheres no mercado de trabalho conferiram a elas maior poder de decisão quanto à maternidade. Essa evolução tem dado origem a um novo perfil de arranjos domiciliares nas áreas metropolitanas, caracterizado por um aumento substancial de arranjos monoparentais, casais sem filhos, arranjos estendidos e domicílios unipessoais (Wajnman, 2012; Camarano, 2014; Cioffi, 2016).

Quando se adota a família como a unidade de análise, torna-se evidente que a dinâmica familiar desempenha um papel crucial nos processos de expansão urbana e na mobilidade residencial nas áreas metropolitanas (Aparício; Farias, 2019). Assim, algumas pesquisas da demografia e da geografia sobre a questão metropolitana no Brasil revelam a predominância de configurações de arranjos domiciliares que incluem crianças e adolescentes, com destaque para casais com filhos, arranjos monoparentais e famílias estendidas nas periferias (Nakano, 2015; Aparício; Farias, 2019; Becceneri *et al.*, 2021).

Em suma, a mobilidade espacial das famílias em áreas urbanas é um fenômeno intrincado, moldado por diversos fatores de ordem econômica, política, social e cultural. Na realidade urbana brasileira, os deslocamentos de residência habitual desempenham um papel significativo na configuração do espaço urbano, sendo influenciados pelas estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias pobres (BILAC, 2003). Nesse sentido, existe uma diversidade de espaços intraurbanos caracterizados pela vulnerabilidade social nas áreas de expansão urbana. Em vez de uma periferia socialmente homogênea distante do centro metropolitano, a literatura destaca a ocorrência de *periferias* que se espalham pelo tecido urbano (Torres et al., 2003).

Conforme Cunha (2022), as áreas periféricas podem abrigar uma variedade de situações sociais, incluindo comunidades tradicionais de baixa renda que construíram suas moradias por meio da autoconstrução, bem como as “novas periferias”, isto é, zonas de urbanização com condomínios de alto padrão. A heterogeneidade social está presente tanto nas áreas centrais quanto nas periferias, acompanhada pelo processo de gentrificação, o que se constata pela distribuição espacial das famílias nas regiões metropolitanas.

Embora a perspectiva centro-periferia possa ser utilizada na análise urbana de algumas áreas metropolitanas, é necessário avançar em direção a uma compreensão mais profunda da organização espacial da população metropolitana, considerando a crescente heterogeneidade social e econômica observada nas áreas periféricas (Torres et al., 2003; Cunha, 2022). Nesse caleidoscópio social, observa-se uma dinâmica familiar marcada por uma diversificação crescente nos arranjos domiciliares no espaço intraurbano, em paralelo às mudanças na estrutura etária da população. A realidade metropolitana brasileira apresenta um cenário distinto em comparação com os países do Norte Global e isso se deve às implicações decorrentes de desigualdades regionais relacionadas às múltiplas transições demográficas observadas no país e à concentração da população e das atividades econômicas (Faria, 1991).

Mobilidade espacial da população e expansão urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória na década de 2010

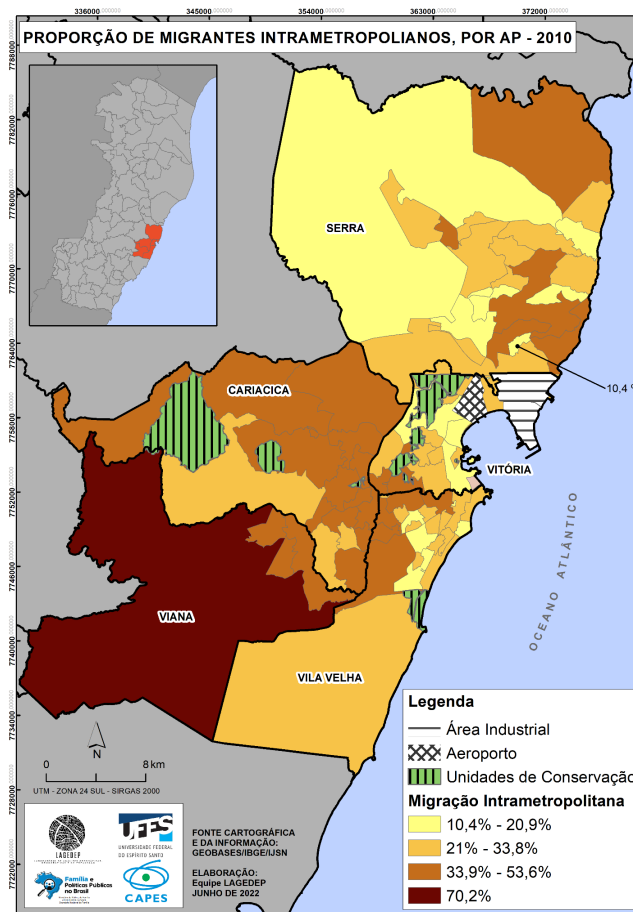
A formação da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) durante o século XX resultou da interação entre a migração rural-urbana, a industrialização e a urbanização acelerada a partir dos anos 1960, que moldaram uma sociedade urbano-industrial (Faria, 1991). A ascensão da Região Metropolitana da Grande Vitória ao *status* de metrópole nacional decorre da crescente influência de sua região sobre a rede urbana brasileira nas últimas décadas (IBGE, 2021). A criação da RMGV foi oficializada pela Lei Complementar N.º 204, de 22 de junho de 2001, com o propósito de organizar, planejar e executar funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano. Essa região é composta pelos municípios de Vitória, Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha, Guarapari e Fundão (Freire, 2007; Zanutelli et al., 2014).



Inicialmente, o processo de mudança na base econômica, caracterizado pela erradicação dos cafezais nas décadas de 50 e 60 e seguido pela implementação dos Grandes Projetos Industriais nas décadas de 70 e 80, desencadeou fluxos migratórios de média e longa distância (Dadalto; Dota, 2023). Como resultado, os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra testemunharam um aumento sem precedentes com a chegada de indivíduos e famílias provenientes das áreas rurais do próprio estado, além de famílias oriundas de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Paralelamente, o Espírito Santo também contribuiu com migrantes que se dirigiram para outros estados.

Em termos de produção do espaço e migração interna, Champion (2001) destaca que a expansão urbana e as transformações demográficas nas grandes aglomerações urbanas ocorreram de forma concomitante na segunda metade do século XX. Ao considerar a RMGV, a importância dos limites das estruturas urbanas, da distribuição espacial da população e das interrelações entre seus municípios centrais está ligada tanto ao contexto local quanto à característica geográfica insular do município de Vitória (Paste, 2018).

Mapa 1 - Proporção de migrantes intrametropolitanos por área de ponderação em 2010.



O mapa 1 evidencia que, no cenário de expansão urbana na década de 2010, os municípios adjacentes à cidade de Vitória exercem um papel crucial no processo de expansão urbana. Esses municípios são impactados pelas alterações nos padrões da migração interna, demonstrando uma interdependência de dinâmicas espaciais.

São os movimentos migratórios de curta distância, em particular a migração intrametropolitana e a mobilidade residencial, que se destacam como fatores determinantes do crescimento e desempenham um papel fundamental na configuração da Região Metropolitana da Grande Vitória na década de 2010. A migração intrametropolitana pode ser analisada a partir dos dados dos Censos Demográficos e das PNADs (Dos Santos *et al.*, 2022). No entanto, é importante ressaltar que essas fontes de dados possuem limitações que impedem a identificação de todas as etapas da migração, desde a migração na infância e adolescência até a migração adulta.

A análise da mobilidade residencial, por sua vez, demanda informações sobre as características da etapa ou da ordem das mobilidades residenciais realizadas por um indivíduo no espaço metropolitano ao longo da vida, o que simplesmente não é captado pelos censos. Na realidade, os quesitos de migração interna permitem identificar algumas das etapas migratórias dos indivíduos, mas não todas. Nesse sentido, é importante ponderar que, conforme o Manual VI das Nações Unidas, a migração é definida como a mudança da residência habitual de uma unidade administrativa para outra (Naciones Unidas, 1972). No entanto, a mobilidade residencial não se enquadra na definição convencional de migração, uma vez que engloba a mudança de residência habitual em uma mesma unidade administrativa, como um município ou uma aglomeração urbana.

Segundo Dota (2022), a mobilidade residencial se distingue pela alteração do local de residência habitual, abrangendo movimentos tanto entre unidades administrativas - tais como os municípios de uma região metropolitana - como dentro de um município. Esta forma de mobilidade incorpora uma parcela da migração registrada nos dados censitários, conforme a definição da ONU, e outros deslocamentos que não são captados por essa mesma definição.

Nesse contexto, a maior diversidade geográfica das formas de mobilidade espacial da população nas últimas décadas também se associa ao processo de formação dos domicílios, o que por sua vez exige novas abordagens e medidas para entender a complexidade do fenômeno migratório, conforme aponta a literatura nacional (Sponchiado *et al.*, 2019; Grupo de Foz, 2021) e internacional (Carling, 2012; Bernard *et al.*, 2014; Santos, 2019; Bernard, 2022).

Perfil etário da mobilidade residencial como uma trajetória do curso de vida

A maior intensidade migratória de adultos jovens e as transições ao longo do curso de vida estão intrinsecamente ligadas à formação de novos domicílios, um processo associado a eventos como casamentos, expansão familiar com o nascimento de filhos, a entrada da pessoa responsável ou do cônjuge no mercado de trabalho (Leslie; Richardson, 1961). Dessa forma, estudos sobre a dinâmica de formação de famílias, como os de Reher (1998), destacam diferenças culturais entre sociedades do norte e sul da Europa. As sociedades do norte europeu tendem a apresentar "laços familiares fracos", caracterizadas pelo abandono precoce do lar, enquanto as do sul possuem "laços familiares fortes", marcadas por uma saída tardia da casa dos pais. Essa distinção cultural está associada à especificidade dos padrões de transição para a vida adulta no norte e no sul da Europa (Dalla Zuanna; Micheli, 2004).

De acordo com Billari e Liefbroer (2010), a transição da juventude para a vida adulta tem se tornado tardia, prolongada e complexa devido a questões culturais, demográficas, econômicas e sociais. Essa observação é respaldada por um estudo realizado por Corijn e Klijzing (2001) que examinou a transição para a vida adulta em nove países da Europa ocidental. Os resultados desse estudo indicam uma tendência predominante de adiamento do casamento e da fecundidade, acompanhada por uma crescente desconexão entre a saída da casa dos pais e o casamento, bem como entre o casamento e o nascimento do primeiro filho.

No âmbito da análise da mobilidade espacial da população, a migração de curta distância se relaciona em especial a uma nova união conjugal e à formação de um novo arranjo residencial para aquisição da casa própria, sendo seletiva por idade e sexo. Mulder e Wagner (1993) destacam que as decisões de migrar são sincronizadas com eventos de transição do curso de vida, em particular a transição para a vida adulta.

Evidências empíricas indicam, por um lado, um aumento progressivo da idade média da primeira migração interna em vários países desenvolvidos (Bell *et al.*, 2018b), refletindo uma alteração no momento e na velocidade da transição para a vida adulta (Billari; Liefbroer, 2010, Bernard, 2022), fenômeno também observado no Brasil (Vieira, 2008; Santos, 2019). Tanto devido às despesas com habitação quanto a mudanças na nupcialidade, em particular a ênfase na individualização e na priorização da carreira profissional, é comum observar o adiamento do casamento e da formação de famílias em áreas com alto nível de renda (Vieira,

2008; Oliveira et al., 2015). Por outro lado, permanecem diferenciações por idade e sexo na migração de longa distância, relacionadas à entrada no mercado de trabalho (Mulder; Wagner, 1993). Em termos gerais, a elevada taxa de migração entre adultos jovens pode ser explicada como uma progressão nas etapas da transição para a vida adulta, integrada ao ciclo de vida familiar, incluindo o início da formação familiar por meio do casamento, a expansão da família com o nascimento de filhos, e a inserção no mercado de trabalho do responsável pelo domicílio e/ou do cônjuge (Leslie; Richardson, 1961).

O entendimento das mudanças na transição para a vida adulta exige uma análise específica do perfil etário da mobilidade espacial da população, pois existem marcos temporais na trajetória do curso de vida que explicariam a formação de novos arranjos domiciliares. A análise do perfil etário da migração é um aspecto relevante no entendimento dessas mudanças (Bernard, 2022), constituindo um desafio para os estudos empíricos da geografia da população.

METODOLOGIA

Para realizar uma análise específica do perfil etário da mobilidade residencial no espaço metropolitano, foram utilizados os dados primários obtidos pela Pesquisa MigraFamília em 2022. Esta pesquisa compõe o projeto de pesquisa “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990” (CAPES-SNF).

A pesquisa foi conduzida em bairros previamente selecionados com base em uma análise dos microdados do Censo Demográfico de 2010 e dados de sensoriamento remoto. Para a definição dos locais da pesquisa de campo, foram identificados setores censitários que registraram expansão urbana e uma alta taxa de migração intrametropolitana na década de 2010. Além disso, os entrevistados que participaram da pesquisa declararam ter, no momento da entrevista, no mínimo 18 anos.

A análise dos resultados se baseia na aplicação da metodologia descrita por Bernard *et al.* (2014) para identificar características das pessoas responsáveis pelos arranjos domiciliares⁴ e de suas trajetórias de mobilidade residencial. Conforme Bernard (2022), uma análise de coorte aplicada ao fenômeno migratório pressupõe que todos os membros de uma coorte ou

⁴ Neste trabalho, a família é identificada por meio dos arranjos domiciliares observados nos domicílios particulares permanentes. Em algumas situações, a análise das características das famílias tem de ser relativizada por considerar somente a última união ou casamento.

de uma geração tenham completado a sua trajetória de migração interna, o que geralmente ocorre quando a pessoa atinge a idade de 50 anos. Assim, conforme uma abordagem de coorte, a variável de interesse para a análise das trajetórias de mobilidade residencial é a estrutura etária da população pesquisada, especificamente o perfil etário da pessoa responsável pelo domicílio que realizou movimentos de mobilidade residencial na área de estudo.

Considerando o histórico de mobilidade das populações de países do Norte global, em torno de 80% dos indivíduos encerram a sua trajetória de migração interna em torno dos 50 anos. No entanto, isso não impede a análise de uma coorte mais jovem que ainda esteja em risco de realizar novas etapas de migração interna. Assim, foi realizada uma análise da idade média da pessoa de referência pelo domicílio considerando duas coortes: indivíduos nascidos até 1973 e indivíduos nascidos a partir de 1974 até 1993.

A análise do perfil etário se dá por meio da idade média dos indivíduos que realizaram mobilidade residencial. Esse cálculo incorporou a idade na primeira e na última mobilidade residencial, incluindo também aqueles que realizaram apenas uma única mudança de residência. Os indicadores foram calculados para bairros de alta e baixa vulnerabilidade social, além de considerar especificamente a migração adulta. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas socioespaciais, considerando variáveis cruciais para a caracterização e comparação dos padrões de mobilidade em diferentes estratos sociais.

Os cálculos foram executados mediante o emprego da fórmula da média aritmética simples. Assim, realizou-se a soma das idades das pessoas de referência do domicílio, dividindo esse montante pelo número amostral das coortes.

$$\bar{x} = \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{n} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$$

A partir destas considerações teóricas e metodológicas, a seguir apresenta-se a discussão da aplicação dos indicadores de padrão etário para a análise da mobilidade residencial no espaço intraurbano da RMGV, visando identificar a ocorrência de mudanças que podem estar relacionadas com as mudanças na transição para a vida adulta apontadas pela literatura internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise identificou a idade média da mobilidade residencial da pessoa de referência do arranjo domiciliar, considerando as trajetórias migratórias das coortes selecionadas com base na mobilidade residencial. Para a análise do comportamento das idades médias, a literatura internacional indica a existência de um padrão na intensidade migratória por idade, em que as mobilidades se concentram entre os adultos jovens de 18 a 35 anos (Bernard *et al.*, 2014; Bernard, 2022).

A tabela 1 apresenta as idades médias da pessoa de referência do domicílio para a primeira, a última ou apenas uma única mobilidade residencial para duas coortes ou gerações. Observa-se que, para a coorte de indivíduos nascidos até 1973, as idades médias são maiores em comparação à coorte composta por aqueles nascidos entre 1974 e 1993. É necessário lembrar que a coorte mais recente ainda não concluiu sua trajetória de mobilidade residencial.

Tabela 1 - Idade média da mobilidade residencial das pessoas de referência do domicílio por ordem de mobilidade - RMGV, 2022

Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993	26	31	31
Nascidos até 1973	33	41	42

Fonte: Tabulações especiais - Pesquisa MigraFamília.

Uma abordagem adicional consiste em analisar as mesmas coortes de indivíduos, considerando somente os adultos (Tabela 2). A idade média da primeira mobilidade residencial é de 29 anos para a coorte mais jovem. Diferentemente, a idade média tanto da última mobilidade como para uma única mobilidade é de 32 anos. Esses resultados podem ser atribuídos a dois fatores que operam em conjunto. Por um lado, o adiamento dos processos de transição para a vida adulta (ingresso no mercado de trabalho, formação de casamento ou união, primeiro filho) leva ao aumento da idade média da primeira mobilidade residencial. Conforme indica a literatura, o aumento desse indicador tende a reduzir a probabilidade de ocorrer uma segunda mobilidade, conforme destacado na literatura internacional (Bernard *et al.*, 2014; Bernard, 2022). Por outro lado, a aquisição da casa própria tende a resultar em uma certa estabilidade no espaço intraurbano, encerrando a trajetória de mobilidade residencial de famílias.

As taxas de migração intermunicipal pelo quesito de “data fixa” do Censo Demográfico 2010 indicam que o grupo etário de 20 a 24 anos possui a maior intensidade

migratória, considerando uma análise de período (Santos, 2019). No entanto, os resultados aqui analisados indicam que o pico da intensidade migratória ocorreu em uma idade mais elevada em 2022 na RMGV. Para ambas as coortes a idade média de mobilidade residencial é mais elevada em relação ao grupo etário com maior intensidade migratória no país. Assim, este indicador parece indicar que houve um adiamento nos processos de mobilidade residencial. Este comportamento pode ser um sinal do envelhecimento da migração e da mobilidade residencial. Ademais, tal adiamento também pode refletir um impacto da recente crise econômica, social e sanitária da pandemia, que teria desencadeado atrasos temporários na migração e na mobilidade residencial devido tanto às condições econômicas como aos ciclos do mercado habitacional (Bernard, 2022). Assim, transições do curso de vida como o casamento ou união consensual, o primeiro filho e a saída dos filhos da casa dos pais seriam temporariamente adiados, com impacto sobre os indicadores etários de migração intrametropolitana e de mobilidade residencial na RMGV.

Tabela 2 - Idade média da mobilidade residencial adulta das pessoas de referência do domicílio por ordem de mobilidade - RMGV, 2022

Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993	29	32	32
Nascidos até 1973	37	43	44

Fonte: Tabulações especiais - Pesquisa MigraFamília.

As idades médias de mobilidade residencial são mais elevadas para a coorte que encerrou o período de mobilidade. Essa diferenciação entre as gerações pode ser atribuída, em parte, a fatores históricos e demográficos da economia capixaba que afetaram a coorte completa. Esta coorte viveu a política de erradicação dos cafezais nos anos 60, acompanhada pela posterior implementação de grandes projetos industriais, formando a RMGV nas décadas subsequentes, pela redistribuição espacial da população decorrente da migração rural-urbana com predomínio de migração de famílias (Dadalto, 2007).

A análise desagregou os indicadores etários da mobilidade residencial considerando as características sociodemográficas de vulnerabilidade social das áreas de expansão urbana com alto índice de migração intrametropolitana. Assim, os indicadores foram calculados para os bairros em áreas de expansão urbana com alta e baixa vulnerabilidade social (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Idade média da mobilidade residencial das pessoas de referência do domicílio por ordem de mobilidade, segundo nível de vulnerabilidade da área de expansão urbana - RMGV, 2022

Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993 em alta vulnerabilidade	22	28	24
Nascidos até 1973 em alta vulnerabilidade	32	39	34
Nascidos entre 1974 e 1993 em baixa vulnerabilidade	31	35	33
Nascidos até 1973 em baixa vulnerabilidade	39	50	47

Fonte: Tabulações especiais - Pesquisa MigraFamília.

A primeira mobilidade residencial adulta nas áreas mais vulneráveis da RMGV começa em idades mais precoces do que o indicador para as áreas menos vulneráveis. Isto se associa ao contexto socioeconômico, laboral e da estrutura social da RMGV, bem como à dinâmica de formação das famílias e domicílios específica do Brasil metropolitano (Aparicio; Farias, 2019). A formação mais precoce de famílias pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência para famílias de baixa renda, como forma de manter as despesas familiares com itens essenciais como alimentação e moradia. Como resultado, essas áreas tendem a abrigar famílias mais jovens e com indicadores sociais precários (desemprego, nível precário de escolaridade, acesso a programas de transferência de renda).

A análise da Tabela 4 nos possibilita uma visão mais clara do padrão etário da mobilidade residencial na fase adulta na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Os resultados destacam diferenças significativas entre as coortes e os contextos de vulnerabilidade social. Nota-se que, na primeira mudança de residência, a coorte composta por indivíduos nascidos entre 1974 e 1993 em áreas de alta vulnerabilidade social apresenta uma idade média de 26 anos, enquanto esse indicador é de 32 anos em áreas de baixa vulnerabilidade social. Assim, nas áreas de baixa vulnerabilidade social observa-se que o início da mobilidade residencial na vida adulta tende a ocorrer em idades mais avançadas, o que se assemelha às tendências de migração interna identificadas em estudos quantitativos de países do Norte Global, conforme Bernard (2022).

Tabela 4 - Idade média da mobilidade residencial adulta das pessoas de referência do domicílio por ordem de mobilidade, segundo nível de vulnerabilidade da área de expansão urbana - RMGV, 2022



Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993 em alta vulnerabilidade	26	31	29
Nascidos até 1973 em alta vulnerabilidade	36	41	38
Nascidos entre 1974 e 1993 em baixa vulnerabilidade	32	35	33
Nascidos até 1973 em baixa vulnerabilidade	41	39	47

Fonte: Tabulações especiais - Pesquisa MigraFamília.

Uma dinâmica semelhante é observada ao analisar a coorte que já concluiu sua trajetória de mobilidade residencial. Isso pode estar relacionado à entrada precoce em uniões consensuais ou casamentos nas áreas periféricas. Diferentemente, nas áreas de baixa vulnerabilidade social, as idades médias para a primeira mobilidade residencial são de 32 anos para a coorte mais recente e 41 anos para a coorte que já encerrou sua trajetória. A idade média na última mobilidade residencial na fase adulta segue um padrão etário semelhante. Por fim, no caso de ocorrer apenas uma única mobilidade residencial na coorte mais recente, observam-se idades médias de 29 anos para áreas de alta vulnerabilidade e 33 anos para áreas de baixa vulnerabilidade.

Portanto, os resultados indicam um processo de envelhecimento da mobilidade residencial, que precisa ser compreendido no contexto das desigualdades socioespaciais da RMGV. As idades médias de mobilidade residencial nas áreas de expansão urbana da RMGV são influenciadas pelos níveis de vulnerabilidade social, que por sua vez se associam aos momentos de transição para a vida adulta e de formação de arranjos residenciais que, combinados, afetam a temporalidade do padrão etário das mudanças de residência habitual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados apontam diferenças significativas entre as idades médias de mobilidade residencial por coorte, segundo os contextos de vulnerabilidade social na RMGV. Assim, a coorte dos nascidos entre 1974 e 1993 em áreas periféricas de alta vulnerabilidade social inicia sua mudança de residência habitual em média aos 26 anos, enquanto nas áreas de baixa vulnerabilidade social a idade média da primeira mobilidade é de 32 anos. Essas diferenças confirmam a existência de diferenciais espaciais de mobilidade residencial associadas à formação de domicílios.

Em relação à mobilidade residencial de migrantes adultos, os resultados indicam um envelhecimento relativo, já que as mudanças ocorridas durante a infância são excluídas do cálculo. As idades médias para a primeira mobilidade residencial são mais elevadas nas áreas de baixa vulnerabilidade social, com uma diferença notável entre as coortes. Isso pode ser atribuído ao adiamento do casamento relacionado a uma valorização do crescimento na carreira profissional em áreas de maior nível de renda e escolaridade, o que demanda novos estudos sobre a atual legislação trabalhista e as formas de articulação entre maternidade e projeto profissional.

Por outro lado, nas áreas de alta vulnerabilidade social, as idades médias para a primeira mobilidade residencial são mais precoces, relacionadas a contextos socioeconômicos distintos, onde as famílias se formam em idades mais jovens. Esses resultados refletem não apenas as influências econômicas, mas também as dinâmicas de formação de famílias e domicílios específicas do contexto brasileiro.

Os resultados evidenciam que as idades médias de mobilidade residencial na RMGV são moldadas por uma interação complexa de variáveis, abrangendo o contexto socioeconômico expressado pelos níveis de vulnerabilidade social associados aos momentos de transição para a vida adulta e aos padrões de formação de famílias e domicílios. Esta análise ressalta a relevância de estudos empíricos sobre as dinâmicas migratórias dos processos de formação de famílias e domicílios, bem como os eventos de transição do curso de vida, que são determinantes para o comportamento migratório de indivíduos e famílias nas grandes aglomerações urbanas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D; CAVENAGHI, S. “Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil”. Aparte: Inclusão Social em Debate, 24, 1-33, 2012. 75, 2012.

APARICIO, C. A. P.; FARIAS, L. A. C. de. A geografia das famílias nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB, v. 1, p. 450-466, 2019.

BECCENERI, L. B.; BRUSSE, G. P. L.; APARICIO, C. A. P. Uma análise espacial dos arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (1991-2010). REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO REBEP. , v.38, p. 1 - 23, 2021. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0146>

BELL, M. *et al.* Global trends in internal migration. Internal migration in the developed world: Are we becoming less mobile, p. 76-97, 2018.



BERNARD, *et al.* Life-course transitions and the age profile of internal migration. *Population and Development Review* 40.2 p. 213-239, 2014.

BERNARD, A. *Internal Migration as a Life-course Trajectory: Concepts, Methods and Empirical Applications*. Vol. 53. Springer Nature, 2022.

BERQUÓ, E; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, p. 11-15, 2006.

BILLARI, F. C.; LIEFBROER, A. C. Towards a new pattern of transition to adulthood? *Advances in Life Course Research*, V, 15, Issues 2–3, p. 59-75, 2010.

CAMARANO, A. A; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. *Novo Regime Demográfico uma Nova Relação entre População e Desenvolvimento*, p. 117-154, 2014.

CIOFFI, S. "Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida." *Anais*, p. 1041-1070, 2016.

CHAMPION, A. G. A changing demographic regime and evolving polycentric urban regions: Consequences for the size, composition, and distribution of city populations. *Urban studies*, v. 38, n. 4, p. 657-677, 2001.

CORIJN, M.; KLIJZING, E. Transitions to adulthood in Europe: Conclusions and discussion. In: *Transitions to adulthood in Europe*. Dordrecht: Springer Netherlands, p. 313-340, 2001.

CUNHA, J. M. P; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. *Caderno CRH*, v. 18, n. 43, p. 87-101, 2005.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. In: CUNHA, M. F; MARCONDES, G, S (org.). *Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares*. 2. Ed – São Leopoldo: Oikos, 2022.

DADALTO, M. C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. p. 57-74, 2007.

DADALTO, M. C; DOTA, E. M. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. *Revista Ágora*, [S. l.], v. 34, n. 3, p. e-2023340304, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/40175>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DALLA ZUANNA, G.; MICHELI, G. A. *Strong family and low fertility: a paradox?: new perspectives in interpreting contemporary family and reproductive behavior*. Springer Science & Business Media, 2004.

DOS SANTOS, Y. O. et al. Inter-relações entre migração intrametropolitana e expansão urbana no município de Serra, ES, In book: Anais XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2022

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, 2019.

DOTA, E. M. Trajetórias de mobilidade residencial na periferia metropolitana da RM de Vitória: estratégias e conjunturas. Terra Livre, v. 2, n. 59, p. 337-368, 2022.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.29, 1991.

FREIRE, A. L. O. Dinâmicas socioespaciais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES. Revista Tamoios, v. 3, n. 1, 2007.

GRUPO DE FOZ. "Demografia, Estatística Social, Geografia de População e outras Abordagens do Estudo da População" p. 15-32. In: Métodos Demográficos. Uma Visão desde os Países de Língua Portuguesa. São Paulo: Blucher, 2021.

IBGE. Divisão urbano-regional do Brasil / Coordenação de Geografia. - 2. ed. Rio de Janeiro : IBGE, 2021.

LESLIE, G. R.; RICHARDSON. A. H. "Life-Cycle, Career Pattern, and the Decision to Move." American Sociological Review, vol. 26, no. 6, 1961, pp. 894 – 902.

MARCONDES, G. Arranjos domiciliares multigeracionais: perfil e aportes em domicílios compostos por avós e netos. Anais, p. 1-16, 2017.

MARTINE. G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica”, in ABEP, IUSSP, CELADE - História e População. Fundação SEADE, São Paulo, 1990.

MULDER, C.; WAGNER, M. Migration and marriage in the life course: a method for studying synchronized events. European Journal of Population, v. 9, p. 55-76, 1993.

NACIONES UNIDAS. Manual VI – Métodos de medición de la migración interna. New York, Naciones Unidas, 1972.

NU; CEPAL; CELADE. Principales cambios en las boletas de los censos latinoamericanos. Santiago de Chile: CEPAL - Serie Manuales N° 80, 2013.

NAKANO, A. K. Elementos demográficos sobre a densidade urbana: São Paulo, uma cidade oca? Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP. Campinas, 2015.

OLIVEIRA, M C. et al. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos, v. 50, p. 309-334, 2015.



PASTE, J. L. Participação social na gestão e na configuração territorial de Vitória - 1985 a 2014. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2018.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil : tempo e espaços / Neide Lopes Patarra. Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

REHER, D. S. "Family Ties in Western Europe: Persistent Contrasts." Population and Development Review, V. 24 p. 203, 1998.

SANTOS, R. O. Transições do curso de vida e padrão etário da migração interna no Brasil [manuscrito]: o que os dados de período podem nos contar? Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, 2019.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Economia Política da Urbanização. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1975.

SPONCHIADO, D. et al. Mobilidade residencial intraurbana: proposta metodológica com base no caso de Campinas/SP. Anais, p. 1-22, 2020.

TORRES, H.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados, São Paulo, SP, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

WAJNMAN, S. Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros. 161f. Diss. Tese (Professor Titular) – Departamento de Demografia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ZANOTELLI, C. L. et al. A renda da terra na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES - Brasil. Confins. 2014.